

Lula atropela o TCU e libera verba de obras suspensas

Presidente ignora indícios de irregularidades graves em projetos da Petrobras. O presidente Lula ignorou o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) e liberou quatro obras da Petrobras com indícios de irregularidades graves. Os repasses e convênios das obras incluídas na lista do TCU estavam suspensos até que as falhas fossem sanadas. Mas, ao sancionar o Orçamento da União deste ano, Lula retirou da lista as quatro obras da Petrobras.

O governo alega que, com a paralisação, seriam perdidos 25 mil empregos. A oposição, porém, tentará derrubar o veto presidencial a partir do próximo dia 2, quando o Congresso retoma os trabalhos. O presidente do DEM, Rodrigo Maia, acusou o governo de "tratorar" o Congresso e o TCU. "Ao invés de corrigir o problema, o presidente fecha os olhos diante dessas ilegalidades", reagiu o deputado Otávio Leite (PSDB), líder da minoria.

Lula libera obras que TCU vetou

Decisão ignora parecer que apontava irregularidades em empreendimentos da Petrobras

Cristiane Jungblut e Luiza Damé

BRASÍLIA Ao sancionar o Orçamento da União para 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva liberou quatro obras da Petrobras que constavam da lista com indícios de irregularidades graves, e que estavam com repasses e convênios suspensos até a correção das falhas. Contrariando relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que listou as irregularidades e foi aprovado na votação final do Orçamento, Lula vetou a inclusão dessas obras no anexo especial do Orçamento destinado a empreendimentos com problemas. Os vetos geraram protestos da oposição, que ameaça começar o ano legislativo, a partir de 2 de fevereiro, em obstrução. Segundo técnicos da Comissão de Orçamento do Congresso, é a primeira vez que a lei orçamentária sofre esse tipo de veto.

Com o veto presidencial, foram retirados da chamada lista negra contratos referentes a obras na Refinaria Abreu e Lima (PE), na construção do Terminal de Granéis Líquidos no porto de Barra do Riacho (ES), na modernização e adequação da produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar/PR) e em unidades do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Pela proposta orçamentária aprovada no Congresso, sem o veto de Lula, os contratos citados na lista ficam suspensos até que os problemas sejam sanados. Ou seja, a Petrobras não poderia fazer as obras nem pagamentos. A estatal tem orçamento próprio para suas obras.

No Orçamento da União consta que os investimentos das estatais este ano somam R\$ 94 bilhões, a maioria da Petrobras.

A oposição acusou o presidente de "passar por cima" do TCU e do Congresso. O DEM divulgou uma nota dizendo que o veto "é mais um grave crime praticado pelo governo federal com o dinheiro público".

— Em vez de reconhecer a gravidade das irregularidades encontradas nas diversas obras do governo e tentar saná-las, despoticamente o presidente resolve tratorar o Congresso e o TCU. O governo não precisa mais de ninguém para fiscalizá-lo, acabou a fiscalização — disse o presidente nacional do DEM, deputado Rodrigo Maia (RJ).

O líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO), disse que a oposição deve obstruir os trabalhos a partir do dia 2, até que o veto de Lula seja posto em votação: — É a arrogância. Eles estão acima de tudo, não ouvem o TCU e muito menos o Congresso.

Integrante da Comissão Mista de Orçamento e líder da minoria, o deputado Otávio Leite (PSDBRJ) propôs que o Congresso aprove um decreto legislativo recolocando as obras na lista: — As obras constam da lista porque foram identificadas graves irregularidades por técnicos do TCU. Em vez de corrigir o problema, o presidente fecha os olhos diante das ilegalidades.

Padilha afirma que houve apelo coletivo

O veto foi uma opção política do presidente, que avaliou que a oposição não iria concordar em retirar as obras da lista em fevereiro. A retirada das quatro obras da Petrobras foi intensamente negociada entre governo, oposição e TCU na reta final da aprovação do Orçamento, mas os governistas não foram bem-sucedidos.

A lista é aprovada pelo Comitê de Avaliação das Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, órgão da Comissão de Orçamento, com base em pareceres técnicos do TCU. Ao justificar o veto, o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o governo atendeu a um pedido coletivo: — O presidente acatou um pedido, um apelo feito pelos governadores, representantes dos trabalhadores do setor de petróleo, empresários de indústrias de base e pelo comitê de obras irregulares da Câmara, que é quem analisa esse tema no âmbito da Comissão Mista de Orçamento — disse Padilha, acrescentando que seriam perdidos 25 mil empregos com a paralisação.

O ministro afirmou que o comitê de avaliação, coordenado pelo deputado Carlos Melles (DEM-GO), apresentou semana passada proposta ao presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), indicando que iria retirar as quatro obras da lista.

Mas o governo não quis esperar até fevereiro, por achar que a oposição criaria dificuldades.

— O governo ficou entre o ônus de paralisar, provocando atrasos e demissões, e fazer um enfrentamento com a oposição. Então, o governo decidiu não paralisar — disse o relator-geral do Orçamento, deputado Geraldo Magela (PT-DF).

O presidente do TCU, Ubiratan Aguiar, disse que o tribunal cumpriu o seu papel.

— A nossa parte se esgotou quando encaminhamos, em cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os nossos pareceres.

Em nota, a Petrobras afirma que não há irregularidades nas obras. Segundo a empresa, há "diferenças nos parâmetros utilizados pelo TCU e pela Petrobras, o que resultou em diferentes valores em alguns contratos". A estatal acrescenta que "colabora sistematicamente com os órgãos de controle e, quando há diferenças, procura esclarecê-las — o que vem sendo feito no caso destas quatro obras".

"Em vez de reconhecer a gravidade das irregularidades, presidente resolve tratorar o Congresso e o TCU"
Deputado Rodrigo Maia, presidente do DEM

"O governo ficou entre o ônus de paralisar, provocando atrasos e demissões, e fazer um enfrentamento com a oposição"
Deputado Geraldo Magela (PT), relator do Orçamento

[Voltar](#)